www.psicologia.pt
ISSN 1646-6977
Documento produzido em 20.09.2015

REPRESENTAÇÃO SOCIAL DE FAMÍLIA: A PERCEPÇÃO DAS CRIANÇAS INSTITUCIONALIZADAS *VS* A PERCEPÇÃO DAS CRIANÇAS NÃO INSTITUCIONALIZADAS

Artigo síntese da memória monográfica realizada como exigência para a obtenção do grau de Licenciatura no âmbito do Curso de Psicologia, vertente Clínica e da Saúde, ano lectivo 2014/15, pela Universidade Jean Piaget de Cabo Verde/Praia.

2015

Suzi Lopes da Silva Chantre
Licenciada em Psicologia Clínica e da Saúde, pela Universidade Jean Piaget de Cabo Verde
chantre.su@gmail.com

Euclides Manuel Flores Furtado
Doutor em Desenho e Inovação na Formação pela Universidade de Santiago de Compostela, Espanha.
Docente na Universidade Jean Piaget de Cabo Verde
professor.elfurtado@gmail.com

RESUMO

Este trabalho teve por objectivo verificar se existem diferenças significativas na representação social de família em crianças institucionalizadas e em criança que vivem no seio de uma família dita tradicional. A pesquisa é do tipo quantitativa, realizada com 86 crianças, 43 das quais pertencem ao grupo de crianças institucionalizadas pelo Instituto Cabo-Verdiano da Criança e do Adolescente (ICCA) e a outra metade pertence ao grupo de crianças que moram numa família tradicional, distribuídas por diferentes zonas da Cidade da Praia (Cabo Verde), nomeadamente, Achada Santo António, Palmarejo, Terra Branca e Fazenda. A colecta de dados foi obtida por meio do inquérito por questionário. Os dados foram analisados pelo SPSS. Os principais resultados deste estudo apontam que, embora o percurso de vida, experiências familiares e sociais das crianças institucionalizadas sejam distintas das crianças que vivem no seio de uma família dita tradicional, estas têm a mesma representação social de família.

Palavras-chave: Crianças, representação social, família, institucionalização

Siga-nos em
facebook.com/psicologia.pt

APRESENTAÇÃO

A criança tem direito à vida, à liberdade, à dignidade, à integridade física, psíquica e moral, à educação, à saúde, à assistência social, à proteção no trabalho, à cultura e lazer, ao desporto, à habitação e um meio de qualidade, conforme advoga a Organização das Nações Unidas, através da Convenção do Direito das Crianças (Organização das Nações Unidas, 1989). Na verdade, para que desenvolvam de forma completa e harmoniosa, para além desses direitos, é preciso salvaguardar o direito da criança ser amada, acarinhada e atendida nas suas necessidades básicas. Ora, reconhecemos que esta tarefa cabe primacialmente à família, a qual é chamada a assumir a responsabilidade de assegurar à criança um nível de vida adequado.

Porém, como nós sabemos, nem sempre apresenta as condições necessárias e fundamentais para o seu desenvolvimento saudável. Nestas condições, quando o meio familiar não favorece as condições necessárias para que as crianças desenvolvem de uma forma adequada há que encontrar as condições alternativas mais favoráveis, que acabam por ser de um modo geral ao que se aproximam mais de criação de ambientes semelhante ao meio familiar.

Neste sentido, a institucionalização surge como um meio alternativo de proteção, pautado pela provisoriedade, quando a família não consegue proporcionar as condições necessárias para o desenvolvimento físico, intelectual, emocional e social das crianças como está previsto nas normas nacionais e internacionais. No plano internacional tendo em vista sempre o bem-estar da criança, conforme estipula o artigo (art.º) 20º da Convenção dos Direitos da Criança (CDC) (Organização das Nações Unidas, 1989) "a criança temporária ou definitivamente privada do seu ambiente familiar ou que, no seu interesse superior, não possa ser deixada em tal ambiente tem direito à proteção e assistência especiais do Estado" (p.14), as quais incluem, se necessário, a colocação em estabelecimentos adequados de assistência às crianças.

Formosinho (2004) considera esse processo de institucionalização como "uma alternativa face a falhas nos contextos sociais (sobretudo no microssistema familiar) que caracterizam previamente a vida dessas crianças" (p.206), sendo que tais contextos remetem para abusos físicos, sexuais, negligência, ausência parental, psicopatologia parenta, alcoolismo ou mesmo comportamento associal dos pais. Na verdade, correspondem a contextos que afectam a sua integridade física, psicológica e moral e põem em causa os seus direitos (*Idem*). Em Cabo Verde, embora não se sabe o número certo de crianças que se encontram, ou já passaram pelas instituições de acolhimento, o relatório *Análise da Situação das Crianças e Adolescentes de Cabo Verde* (2011) dá-nos conta que em Maio de 2011 existiam 371 crianças nos centros de acolhimento do Instituto Cabo-verdiano da Criança e do Adolescente (ICCA), o que espelha uma das fragilidades sociais do nosso país.

Siga-nos em
facebook.com/psicologia.pt

Assim sendo, propomo-nos a partir desta investigação cujo tema é *Representação social de família: a percepção das crianças institucionalizadas vs a percepção das crianças não institucionalizadas* verificar se o facto de as crianças viver com as famílias ou em instituições influência a representação de família das mesmas, uma vez que possuem um percurso histórico completamente diferente. Para tal, escolhemos como escopo teórico a teoria das representações sociais proposta por Moscovici (Monteiro & Vala, 2004). Segundo Abric (1996), *cit in* Sá (2002), as representações são resultados de um processo de apropriação num sistema simbólico da realidade, o qual é influenciado pelo contexto social (senso comum).

No que se refere ao conceito de criança decidi-mos acolher, no presente trabalho, a definição apresentado pela Comissão Internacional dos Direitos da Criança, adaptado pela Organização das Nações Unidas (ONU, 1989) e ratificado por Cabo Verde (1991) sendo que criança é definida como todo o ser humano com menos de dezoito anos, excepto se a lei nacional confere a maioridade mais cedo.

Diante do exposto, justifica-se a realização dessa pesquisa que tem como objectivo geral verificar se existem diferenças significativas na representação social de família em crianças institucionalizadas e em crianças que vivem no seio de um meio familiar dita tradicional. Deste objectivo, outros mais específicos foram delineados: compreender que imagem as crianças possui da família, verificar se o facto de as crianças viverem com a família ou em instituições influência na representação de família das mesmas, conhecer como essas crianças definem a família.

Com efeito, questionámos: Haverá diferenças substanciais a nível da representação social de família que têm as crianças institucionalizadas quando comparadas com a representação social que têm as crianças que vivem no seio de uma família dita tradicional? Com o intuito de responder a essa questão formulámos as hipóteses que se seguem:

H1: As crianças institucionalizadas têm uma percepção sobre o conceito de família significativamente diferente da percepção que têm as crianças que vivem no seio de uma família dita tradicional.

H2: As crianças institucionalizadas, devido ao seu percurso de vida, experiências familiares e sociais distintas, têm uma percepção da importância da família completamente diferente das crianças que vivem no seio de uma família dita tradicional.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A nossa amostra é constituída por 86 crianças de ambos os sexos, com idades compreendidas entre 11 a 17 anos, sendo que 43 pertencem ao grupo de crianças institucionalizadas pelo ICCA no Centro Juvenil de Assomada (CJA) e Centro Juvenil dos Picos (CJP) e a outra metade pertence ao

Siga-nos em
facebook.com/psicologia.pt

grupo de crianças que vivem no seio de uma família tradicional, conforme já anunciamos. No que diz respeito ao tempo de institucionalização, a maioria das crianças tem 0 a 2 anos de institucionalização que perfaz um total de 51,2%. Ainda, uma parte significativa (32,3%) tem entre 3 a 5 anos de institucionalização, uma percentagem menor (11,6%) tem 6 a 8 anos de institucionalização, 2,3% têm 9 a 11 anos de institucionalização e, embora numa pequena percentagem (2,3%), constatamos que existe num dos centros uma criança cujo tempo de institucionalização ultrapassa 15 anos. Em virtude destes dados, é possível confirmar o que se tem vindo a ser descrita na literatura ao tocante ao tempo de institucionalização. Embora a institucionalização aparece como uma medida provisória e/ou transitória, a verdade é que na prática, uma boa parte das crianças tem permanecido nestas instituições por um período que de nada tem de provisoriedade.

Aliás a esse ponto é pertinente retomar ao art.º 10º do Estatuto da ICCA que faz referência à institucionalização como um processo de carácter temporário, pela qual se entende que as crianças não deveriam permanecer nas instituições por muito tempo. A realidade dessas crianças no entanto tem sido outra, sendo que o tempo de institucionalização transcende ao carácter temporário. Embora a institucionalização visa uma posterior integração das crianças ao convívio com os pais e outros familiares, esse retorno na maioria dos casos tem sido adiado devido ao facto de estas crianças não terem uma retaguarda familiar que seja possível fazer a sua reintegração, conforme mencionado no relatório *Análise da Situação das Crianças e Adolescentes de Cabo Verde* (2011).

De acordo com os dados obtidos, verificámos que 23,3% das crianças referem que antes da institucionalização moravam com ambos os progenitores e irmãos; numa mesma percentagem 23,3% moravam com o/a avó/ô; uma percentagem menor (16%) morava com a mãe e irmão(s); 14% moravam com tio/a; 7% moravam com a mãe, irmão(s) e avó/ô; outros 7% moravam com o pai e irmão(s); 4,7% moravam com o pai, irmão(s) e avó/ô e de mesmo modo, 4,7% moravam com outra pessoa sem qualquer laço sanguíneo . Segundo o mesmo relatório, uma das principais características dessas crianças que frequentam os centros de acolhimento reside no facto de estas proverem de famílias vulneráveis e/ou pobre, com falta de modelos e referências apropriadas para o seu desenvolvimento. Aliada a esta condição de vulnerabilidade, uma grande parte (42%) dessas crianças foram afectados pela ausência dos pais, particularmente da figura paterna (65%). Resumidamente, são um culminar de factores que têm sidos apontados como inapropriados para o seu desenvolvimento integral.

Apesar da maioria destas crianças responderam que recebem visitas no Centro (90,7%), constatamos que, embora numa minoria, existem crianças que não recebem visitas (9,3%). Como tal, esta minoria mostra-nos que não existe qualquer ligação entre elas e o meio do qual elas provêm. Verificámos que apenas 20,9% dessas crianças mantêm relação com ambos os pais. Em contrapartida, os dados mostra-nos que uma parte significativa (39,6%) dessas crianças não recebe visitas de nenhum dos pais, ou seja, não mantem relação nem com o pai, nem com a mãe. Também

Siga-nos em
facebook.com/psicologia.pt

verificámos que mais da metade (67,6%) dessas crianças não mantem relação com o pai e 51,2% não mantêm contacto com a mãe. Por conseguinte, estes dados indicam uma fraca relação entre estas crianças e as figuras progenitores chegando por vezes a ser inexistente.

No que diz respeito à definição de família, relativamente ao item "pessoas unidas por laços de sangue que vivem na mesma casa" apuramos que relativamente às crianças institucionalizadas, a maioria está de acordo com esta definição, perfazendo um total de 72,1%. No tocante às crianças que vivem no seio de uma família dita tradicional, as opiniões não se divergem muito em relação ao mesmo item, conforme ilustra a Tabela 1. Pela leitura dos dados, a maioria das crianças (90,7%) concorda com este item, ou seja, com esta definição de família.

		Situação do/a inquirido/a	
		Institucionalizado/a	Vive com os pais
Pessoas unidas por laços de sangue que vivem na mesma casa	Discorda completamente	0	0
	Discorda	11,6	0
	Nem discorda nem concorda	16,3	9,3
	Concorda	34,9	46,5
	Concorda completamente	37,2	44,2

Tabela 1- Pessoas unidas por laços de sangue que vivem na mesma casa

A análise realizada a partir dos dados acima apresentados permitiu-nos conhecer como essas crianças definem a família. Assim, podemos concluir que para sua definição, ambos os grupos centram-se na ligação de um grupo de pessoas privilegiando dois factores: os laços consanguíneos e o compartimento de um mesmo espaço (tecto).

Tal definição também é partilhada por Castellan (1978), *cit in* Oliveira (2002), para quem a família é definida como "(…) uma reunião de indivíduos, unidos pelos laços de sangue e vivendo sobre o mesmo tecto (…) " (p.20). Trata-se, bem, de uma representação de família mais clássica, pois, nos tempos actuais, a definição de família não se limita meramente aos laços de sangue e/ou parentesco dado às novas configurações que ela assume hoje em dia. Concluímos, assim, que para essas crianças o mais significativo para sua definição, mesmo nos casos de estarem separadas das suas famílias, é o laço de sangue e o facto de todos viverem juntos.

Relativamente à definição de família "pessoas que amamos e podemos confiar independentemente de laços sanguíneos", apuramos que 97,7% das crianças institucionalizadas discordam com essa definição de família. Também, a maioria (97,7%) das crianças que vivem junto de suas respectivas famílias, discorda com esta definição, conforme ilustra a Tabela 2.

Siga-nos em
facebook.com/psicologia.pt

		Situação do/a inquirido/a	
		Institucionalizado/a	Vive com os pais
Pessoas que amamos e podemos confiar independentemente de ter laços sanguíneos	Discorda completamente	55,8	51,8
	Discorda	41,9	45,9
	Nem discorda nem concorda	2,3	0
	Concorda	0	0
	Concorda completamente	0	2,3

Tabela 2 – Pessoas que amamos e confiamos independentemente de laços sanguíneos

Esses dados só vêm reforçar o que já havíamos discutido mais acima. Como tal, ao rejeitarem o conceito de família que propõe uma ligação entre pessoas para além dos laços sanguíneos, mais uma vez, torna-se evidente o quanto para essas crianças é importante o laço consanguíneo. Ainda, mais do que isso, vem mostrar uma forte ligação às suas respectivas famílias, ligação que já havíamos mencionado mais acima.

Relativamente ao item "núcleo de convivência unida por laços afectivos que compartilha o mesmo tecto", a leitura dos dados apresentados na Tabela 12 mostram que as opiniões das crianças institucionalizadas se divergem. Se por um lado, um pouco mais que a metade (58,2%) discorda desta definição, por outro lado, uma percentagem significativa (39,5%) prefere não se pronunciar. O mesmo se pode dizer em relação às crianças que vivem junto de suas respectivas famílias. Enquanto um pouco mais que a metade (55,9%) discorda desta definição de família, uma parte significativa (41,8%) mantem uma posição nula.

		Situação do/a inquirido/a	
		Institucionalizado/a	Vive com os pais
Núcleo de convivência unida por laços afectivos que compartilha mesma casa	Discorda completamente	9,3	4,7
	Discorda	48,9	51,2
	Nem concorda nem discorda	39,5	41,8
	Concorda	2,3	2,3
	Concorda completamente	0	0

Tabela 3 – Núcleo de convivência unida por laços afectivos que compartilha o mesmo tecto

Esta definição de família apresentada aqui, de certo modo completamente o item anterior, pois, refere-se a uma representação de família que melhor corresponde à realidade que se vive nos tempos actuais, quando suas formas e organizações têm passado por grandes mutações. Neste ponto, é-nos pertinente aludir a Acosta e Vitale (2010), quando afirmam que "esta nova conceção se constrói, atualmente, baseada mais no afeto do que nas relações de consanguinidade, parentesco ou casamento" (p.27).

Siga-nos em
facebook.com/psicologia.pt

Quando questionadas acerca da importância da família, relativamente ao item "muito importante porque protege, dá amor e carinho às crianças" os dados relativos às crianças institucionalizadas mostram que a maioria (86%) concorda, conforme apresenta a Tabela 4. Ainda, 95,3% das crianças que vivem com as suas famílias estão de acordo com este item.

		Situação do/a inquirido/a	
		Institucionalizado/a	Vive com os pais
Muito importante porque protege, dá amor e carinho às crianças	Discorda completamente	0	0
	Discorda	0	0
	Nem discorda nem concorda	14	4,7
	Concorda	27,9	30,2
	Concorda completamente	58,1	65,1

Tabela 4 – Muito importante porque protege, dá amor e carinho às crianças

A análise que se pode extrair desses dados é que, ambos os grupos de crianças reconhecem a família como um importante meio que garante a estabilidade afectiva das crianças. Trata-se, bem, de uma representação de família compartilhada não só por estes, mas pela comunidade científica e, por todas as sociedades. Aliás, é uma representação que vai de encontro com as menções de Parson e Bales (1995), *cit in* Leandro (2001), para quem a família exerce duas funções fundamentais: a estabilização da personalidade dos adultos através do apoio afectivo de que necessitam, ou seja, realização do clima afectivo necessário ao desenvolvimento e bem-estar das crianças e a socialização, da qual abordaremos mais adiante.

Relativamente às crianças institucionalizadas, as opiniões acerca do item "importante porque ensina como comportar e a respeitar os outros" variam e muito, se tivermos em conta que por um lado, um pouco mais que a metade (65,2%) concorda e, por outro, uma fracção bastante significativa (25,5%) prefere manter uma posição nula, conforme nos demonstra a Tabela 5. O mesmo se pode dizer em relação às crianças que vivem junto de suas respectivas famílias, já que, enquanto a maioria (69,8%) concorda, uma parte significativa (30,2%) prefere não opinar.

		Situação do/a inquirido/a	
		Institucionalizado/a	Vive com os pais
Importante porque ensina como comportar perante os outros, no dia-a-dia e ensina a respeitar os outros	Discorda completamente	0	0
	Discorda	9,3	0
	Nem discorda nem concorda	25,5	30,2
	Concorda	60,5	69,8
	Concorda completamente	4,7	0

Tabela 5 – Importante porque ensina como comportar e a respeitar os outros

Siga-nos em
facebook.com/psicologia.pt

As opiniões das crianças vêm corroborar, mais uma vez, com a concepção de Parson e Bales (1995), *cit in* Leandro (2001) para quem a família actua como um importante meio de socialização primária das crianças, para que se possam tornar bons membros da sociedade. Efectivamente, é dever da família actuar no sentido de favorecer uma boa integração dos seus membros tendo em conta que a vida na sociedade será tanto mais harmoniosa quanto a realização do indivíduo na família seja elevada. Para tal, a família deverá socializar as crianças nos valores e normas da sociedade (*Idem*). Além de mais, convém não esquecer que a educação recebida no seio familiar é determinante em toda a vida do sujeito, conforme frisa Leandro (2001).

Em relação ao item "a família não é importante", verificámos que tanto as crianças institucionalizadas como as que vivem com as suas famílias discordam, de acordo com a leitura da Tabela 6. Por outras palavras, podemos afirmar que é de consenso geral que a família é importante.

		Situação do/a inquirido/a	
		Institucionalizado/a	Vive com os pais
Não é importante	Discorda completamente	41,9	76,7
	Discorda	58,1	23,3
	Nem discorda nem concorda	0	0
	Concorda	0	0
	Concorda completamente	0	0

Tabela 6 – A família não é importante

Ao reconhecerem que a família é importante, as crianças só vem reforçar o que temos vindo a discorrer ao longo deste trabalho. Não é despropositado que o estudo da família tem vindo a ganhar particular destaque, nos últimos dois séculos, no seio das ciências sociais. Estas ciências têm dirigido esforços, na maioria das vezes, no sentido de demonstrar por um lado, a importância da família para o desenvolvimento integral dos indivíduos e, por outro, a sua influência no comportamento dos seus membros. Pelo que, a família tem sido apontado como um lugar privilegiado para o desenvolvimento.

INFERÊNCIA ESTATÍSTICA

Nesta parte daremos particular atenção à verificação das hipóteses formuladas no início da investigação. Para isso, apoiar-nos-emos no Teste do Qui- Quadrado de Pearson que, de acordo com Maroco (2010), serve para testar se dois ou mais grupos independentes diferem entre si de forma significativa em relação a uma determinada característica. Nesta linha de ideia, procuramos

Siga-nos em
facebook.com/psicologia.pt

verificar se existem diferenças significativas na representação de família entre as crianças institucionalizadas e as crianças que vivem com suas respectivas famílias (tradicional) para uma significância de $p \leq .05$ em todas as análises inferenciais.

Hipótese 1

Efectuado o Teste do Qui-Quadrado, podemos afirmar que as diferenças entre as distribuições dos dois grupos de crianças para a variável "definição de família" não são estatisticamente significativas (X^2=6,790, df=3, sig,079). Pois, os resultados obtidos, através da análise da Tabela 7, indicam um valor superior a 5%, o que leva-nos a rejeitar a hipótese 1.

Testes de qui-quadrado	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Qui-quadrado de Pearson	6,790[a]	3	,079
Razão de verossimilhança	8,734	3	,033
Associação Linear por Linear	3,971	1	,046
N de Casos Válidos	86		

Tabela 7 – Teste da hipótese 1 (Situação do inquirido VS Definição da família)

Prosseguindo ainda com a análise da hipótese 1 procuramos analisar os outros dois itens referentes a categoria "definição de família" e constatamos que a insignificância estatística repetiu nos dois últimos casos (ver Tabelas 8 e 9). O mesmo é dizer que, em relação ao item "pessoas que amamos e podemos confiar independentemente de ter laço sanguíneo" o resultado do Teste de Qui-Quadrado de Pearson (X^2= 2,192, df=3, sig ,092) apresenta o valor do sig (,533) superior o nível de significância estabelecido (0,05). Do mesmo modo, o Teste de Qui- Quadrado (X^2,718, df=3, sig =,869) referente ao item "núcleo de convivência unida por laços afectivos que compartilha o mesmo tecto" também apresenta valores do sig (,869) acima do nível de significância determinado. Assim, os valores obtidos mostram-se insuficientes para confirmar a hipótese 1.

Testes de qui-quadrado	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Qui-quadrado de Pearson	2,192[a]	3	,533
Razão de verossimilhança	2,965	3	,397
Associação Linear porLinear	,446	1	,504
N de Casos Válidos	86		

Tabela 8 – Teste da hipótese 1 (Situação do inquirido VS Definição da família)

Testes de qui-quadrado	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Qui-quadrado de Pearson	,718[a]	3	,869
Razão de verossimilhança	,731	3	,866
Associação Linear por Linear	,245	1	,621
N de Casos Válidos	86		

Tabela 9 – Teste da hipótese 1 (Situação do inquirido VS Definição da família)

Siga-nos em
facebook.com/psicologia.pt

Hipótese 2

Prosseguindo, examinamos a 2ª hipótese começando por analisar o primeiro item da variável "importância da família". De acordo com a Tabela 10, as distribuições entre os dois grupos de crianças para o item "muito importante porque protege, dá amor e carinho as crianças" não são estatisticamente significativas (X^2=2,210, df=2, sig =,331) uma vez que, o nível de significância é superior ao valor de significância fixado. Perante os valores deste teste estatístico, não aceitamos a hipótese 2.

Testes de qui-quadrado	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Qui-quadrado de Pearson	2,210ª	2	,331
Razão de verossimilhança	2,303	2	,316
Associação Linear por Linear	1,293	1	,255
N de Casos Válidos	86		

Tabela 10 – Teste da hipótese 2 (Situação do inquirido VS Importância da família)

Seguindo a mesma lógica, quisemos continuar a analisar as outras duas opções de resposta em relação à mesma variável. O valor do Teste de Qui- Quadrado (X^2=6,452, df=3, sig=,092) do segundo item "importante porque ensina como comportar e a respeitar os outros" indica um nível de significância superior a 5%, conforme aponta a Tabela 11. Perante esse resultado estatístico, a hipótese 2 continua a ser rejeitada. Relativamente ao terceiro item "a família não é importante", o valor do teste Qui-Quadrado (X^2=10,840, df=1, sig= ,001), contrariamente aos dois itens anteriores, indicou uma diferença significativa nestes dois grupos de crianças. Embora esses dados tendem a confirmar a hipótese, nos casos em que o valor do sig for inferior ou igual ao nível de significância fixado (0,05%), podemos assegurar que esse valor obtido não permite confirmar a hipótese 2 já que a diferença observada entre os dois grupos de crianças situa-se apenas ao nível de discorda e discorda completamente (consultar Tabelas 6 e 12).

Testes de qui-quadrado	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Qui-quadrado de Pearson	6,452ª	3	,092
Razão de verossimilhança	8,771	3	,033
Associação Linear por Linear	,501	1	,479
N de Casos Válidos	86		

Tabela 11 – Teste da hipótese 2 (Situação do inquirido VS Importância da família)

Testes de qui-quadrado	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Qui-quadrado de Pearson	6,452ª	3	,092
Razão de verossimilhança	8,771	3	,033
Associação Linear por Linear	,501	1	,479
N de Casos Válidos	86		

Tabela 12 – Teste da hipótese 2 (Situação do inquirido VS Importância da família)

Siga-nos em
facebook.com/psicologia.pt

CONCLUSÃO

Através da teoria das representações sociais proposta por Serge Moscovici, foi possível compreender a ideia que ambos os grupos de crianças têm de família e saber até que ponto suas representações se divergem pois, de acordo com Monteiro e Vala (2004) as representações sociais exprimem a relação do indivíduo com o objecto.

Relativamente às nossas hipóteses, ambas foram rejeitadas. Em relação à primeira "as crianças institucionalizadas têm uma percepção sobre o conceito de família significativamente diferente da percepção que têm as crianças que vivem no seio de uma família dita tradicional", verificámos que ambos os grupos de crianças têm a mesma percepção do conceito de família. Por conseguinte, a definição de família está associada a dois factores: pessoas ligadas por laços sanguíneos compartilhando o mesmo tecto.

Quanto à segunda hipótese "as crianças institucionalizadas, devido ao seu percurso de vida, experiências familiares e sociais distintas, têm uma percepção da importância da família completamente diferente das crianças que vivem no seio de uma família dita tradicional", verificámos que ambos os grupos de crianças têm a mesma representação social de família no que tange à sua importância. Ora, tanto as crianças institucionalizadas quanto as que vivem com as suas respectivas famílias (tradicionais) reconhecem que a família é muito importante.

Associada a esta representação, a família é vista como um principal meio de socialização das crianças e que, efectivamente, garante a estabilidade emocional dos seus membros. De facto é um dado importante a frisar, tendo em conta que apesar de as crianças institucionalizadas prevenirem de contextos familiares que não foram capazes de lhes garantir a satisfação das suas necessidades básicas, nem tão pouco de lhes proporcionar um clima afectivo que lhes facilitam o sentimento de segurança e estabilidade emocional essencial para o seu bem-estar, a maioria valoriza a família considerando-a como muito importante.

Respondendo à nossa pergunta de partida "haverá diferenças substanciais a nível da representação social de família que têm as crianças institucionalizadas quando comparadas com a representação social que têm as crianças que vivem no seio de uma família dita tradicional " cabe-nos referir que, é completamente ilusório pensarmos que a ideia de família difere significativamente nesses dois grupos de crianças. Embora os contextos provenientes destas crianças sejam totalmente diferentes, estas têm a mesma representação de família.

Siga-nos em
facebook.com/psicologia.pt

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Acosta, A. R. e Vitale, M. A. F. (2010). Família: Redes, Laços e Políticas Públicas (5ª ed.) São Paulo: Cortez Editora.

Formosinho, J. (2004). A Criança na Sociedade Contemporânea: Lisboa: Editora Universidade Aberta.

ICCA. (2011). Análise de Situação da Criança e Adolescente em Cabo Verde. Praia: Gráfica da Praia.

Leandro, M. E. (2001). Sociologia da Família nas Sociedades Contemporâneas. Lisboa: Editora Universidade Aberta.

Maroco, J. (2010). Análise estatístico com utilização do SPSS (3ª ed.). Lisboa: Edições Silabo.

Monteiro, M. B. e Vala, J. (2004). Psicologia Social (6ª ed.). Lisboa: Edição da Fundação Calouste Gulbenkian

Oliveira, J. H. B. (2002). Psicologia da Família. Lisboa: Editora Universidade Aberta.

Sá, C.P. (2002). Núcleo Central Das Representações Sociais (2ª ed.). São Paulo: Editora Vozes.

UNICEF. (1989). Convenção sobre os Direito das Crianças. Lisboa: Assembleia Geral das Nações Unidas.